

GERAL

EDIÇÃO NACIONAL

UnB aprova cotas para pessoas trans em cursos de graduação

A Universidade de Brasília (UnB) aprovou, quinta-feira (17), uma resolução que autoriza a implementação de cotas para ingresso de pessoas trans nos mais de 130 cursos de graduação da instituição.

A medida, aprovada por unanimidade pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe) da universidade, destina 2% das vagas para pessoas auto-declaradas trans, o que abrange travestis, mulheres trans, homens trans, transmasculinos e pessoas não-binárias, em todas

as modalidades de seleção para ingresso na instituição.

“Este é um momento histórico para a nossa universidade e para o Distrito Federal. A UnB, na sua tradição, tendo sido pioneira na aprovação das cotas para pessoas negras, ainda em 2003 e, depois, na aprovação das cotas étnico-raciais na pós-graduação”, em 2020, agora avança com as cotas trans na graduação”, celebrou o vice-reitor Enrique Huelva, que presidiu a reunião de aprovação da nova resolução.

PL deve apoiar nome às presidências do Congresso que defenda PEC da Anistia, diz Valdemar

O presidente do PL, Valdemar Costa Neto, afirmou, quinta-feira, 17, que o nome referendado pela legenda à presidência da Câmara dos Deputados e do Senado deve assumir apoio à PEC da Anistia.

“Não tenha dúvida disso”, afirmou Valdemar à CNN Brasil, ao ser questionado sobre se o PL, na sucessão à presidência das duas casas do Congresso, vai declarar apoio aos candida-

tos favoráveis à PEC da Anistia. “Mas esse é um assunto difícil, porque ele candidato vai assumir que apoia a PEC, agora nós temos que convencer na Câmara os deputados a votarem”, complementou. Em outro momento da entrevista, o ex-deputado não fala só do apoio, mas também de os futuros chefes da Casa Alta e Casa Baixa do Legislativo incluírem ex-presidente Jair Bolsonaro na PEC.

Camex aprova manutenção de tarifa de 3,8% para importação de glifosato de fora do Mercosul

O Comitê Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior (Gecex) aprovou a manutenção da redução da Tarifa Externa Comum (TEC) de 10,8% para 3,8% para o herbicida glifosato importado de países de fora do Mercosul. A redução do imposto de importação terá validade de seis meses, conforme antecipou o Broadcast Agro. A decisão foi deliberada em

reunião ordinária do colegiado realizada quinta-feira e confirmada pelo Ministério de Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) em nota. A manutenção da menor TEC para internalização do herbicida glifosato e do seu sal de monoisopropilamina foi pedida pela fabricante de agroquímicos Syngenta, conforme a agenda divulgada de temas da reunião.

PUBLICIDADE LEGAL

ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA ACADÊMICA “OSWALDO CRUZ”

CNPJ: 43.927.516/0001-99

ASSEMBLEIA DE ELEIÇÃO

O PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA ACADÊMICA OSWALDO CRUZ CONVOCA NOS TERMOS DO ESTATUTO EM VIGOR, OS ASSOCIADOS EFETIVOS PARA PARTICIPAR DA ASSEMBLEIA DE ELEIÇÃO QUE ACONTECERÁ NO DIA 28 DE OUTUBRO DE 2024, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 20 HORAS, NA ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA ACADÊMICA OSWALDO CRUZ, COM SEDE NA RUA ARTUR DE AZEVEDO, 01, CERQUEIRA CÉSAR, SÃO PAULO-SP, PARA DELIBERAR SOBRE A ELEIÇÃO DA DIRETORIA DE 2025.

STEPHANIE OGILIARI BRANCHER

RG 50.401.667-X

DN

DIÁRIO DE NOTÍCIAS

Aplicativo

DIÁRIO DE NOTÍCIAS BRASIL

Informação em tempo real.

Disponível na App Store

DISPONÍVEL NO Google play

Enel diz que já restabeleceu 100% da energia de clientes após evento climático do dia 11/10

A Enel São Paulo informou na noite de quinta-feira, 17, que já procedeu com o restabelecimento da energia de 100% dos clientes que ficaram sem luz em razão do evento climático ocorrido na última sexta-feira (11) e que tinham registro ativo no sistema (solicitações feitas nos dias 11 e 12 de outubro).

Em resposta à questionamento da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) sobre notícia veiculada na imprensa

nacional de que a Justiça determinou que a Enel restabeleça o fornecimento de energia elétrica em toda a Grande São Paulo em um prazo de 24 horas, a empresa diz que não há qualquer descumprimento de decisão judicial oriunda da referida ação civil pública no tocante ao restabelecimento dos serviços de energia elétrica.

A decisão, publicada no Diário Oficial da Justiça de quinta-feira, impôs multa de R\$ 100

mil por hora caso o prazo não seja cumprido, sem limite máximo de valores em caso de acúmulo de horas.

Em comunicado enviado à CVM, a empresa destaca que a ação judicial em referência tem como objeto a qualidade de fornecimento de energia elétrica, como outras ações (portanto, relacionada ao curso normal dos negócios da companhia). “O pedido liminar foi formulado de forma incidental no âmbito

de ação civil pública já em curso desde 18 de dezembro de 2023, não se tratando, portanto, de uma nova demanda judicial”, diz.

“A companhia esclarece que não há qualquer descumprimento de decisão judicial oriunda da referida ação civil pública no tocante ao restabelecimento dos serviços de energia elétrica aos afetados pelo evento climático de 11 de outubro de 2024”, afirma.

Trabalho infantil recua 14,6% em um ano, segundo dados do IBGE

O número de crianças e adolescentes, de 5 a 13 anos, em situação de trabalho infantil chegou a 1,607 milhão em 2023, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), divulgados ontem (18). O contingente é 14,6% inferior ao registrado em 2022 (1,881 milhão) e o menor da série histórica da pesquisa, iniciada em 2016.

O IBGE define o trabalho infantil como aquele considerado perigoso e prejudicial para a saúde e desenvolvimento mental, físico, social ou moral das crianças e que interfere na sua escolarização. A legislação brasileira proíbe que crianças até 13 anos trabalhem, em qualquer circunstância.

Adolescentes de 14 e 15 anos só podem trabalhar na condição de aprendiz. Já aqueles com 16 e 17 anos podem ter empregos com carteira assinada, mas desde que não sejam em atividades insalubres, perigosas ou em horário noturno. Qualquer situação que fuja a essas regras é considerada trabalho infantil.

De acordo com o IBGE, de 2016 a 2019, o trabalho infantil apresentou quedas anuais, passando de 2,112 milhões no primeiro ano da série histórica para 1,758 milhão em 2019.

Depois de dois anos sem realizar pesquisas, devido à pandemia de covid-19, o IBGE constatou que, em 2022, o indicador havia subido pela primeira vez (7% em relação a 2019).

O pesquisador do IBGE Gustavo Fontes disse que a pan-



Adolescentes de 14 e 15 anos só podem trabalhar na condição de aprendiz. Já aqueles com 16 e 17 anos podem ter empregos com carteira assinada, mas desde que não sejam em atividades insalubres, perigosas ou em horário noturno.

demia pode ter influenciado o aumento, mas sem os dados de 2020 e 2021, é difícil fazer uma correlação entre a pandemia de covid-19 e a piora do dado em 2022. Em 2023, o dado voltou a melhorar devido a fatores como a melhora da renda domiciliar.

“O ano 2023 foi bastante favorável para o mercado de trabalho. Teve um ganho importante na renda domiciliar per capita. Também houve um aumento importante do rendimento médio e do total de domicílios cobertos pelo Bolsa Família. Também pode ter efeitos de políticas públicas voltadas para

essa meta de eliminação do trabalho infantil”, afirmou Fontes.

Recortes - O percentual de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos em situação de trabalho infantil representa 4,2% do total de pessoas nessa faixa etária. Em 2022, a parcela chegou a 4,9%. O total de crianças de 5 a 13 anos submetidas a trabalho infantil era 346 mil em 2023, enquanto aqueles com 14 e 15 anos chegou a 366 mil. O maior contingente era de adolescentes de 16 e 17 anos (895 mil).

De acordo com o IBGE, a incidência do trabalho infantil cresce com a idade: em 2023

1,3% das crianças de 5 a 13 anos de idade estavam em situação de trabalho; 6,2% enfrentavam essa situação no grupo de 14 e 15 anos; e 14,6% entre os adolescentes de 16 e 17 anos.

Do total de crianças e adolescentes envolvidos em trabalho infantil, 1,182 milhão estavam envolvidas em atividades econômicas, ou seja, para geração de renda. As outras 425 mil trabalhavam apenas para o autoconsumo, ou seja, a produção de bens para uso dos moradores do domicílio ou de parentes não moradores, como criação de animais, pesca e agricultura.

Proibição do uso de cartão de crédito em apostas vale para cartão do Bolsa Família, diz Dias

O ministro do Desenvolvimento Social, Wellington Dias, afirmou quinta-feira, 17, que a medida de proibição do uso de cartão de crédito para jogos de apostas online também valerá para o cartão do Bolsa Família. Segundo ele, a decisão já foi adotada e está, neste momento, em fase de implementação técnica.

“Para não criar, inclusive, um preconceito contra o cartão do Bolsa Família, a medida geral que vale para todos os cartões, vale também para o cartão do Bolsa Família”, disse Dias após reunião com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. “Nós estamos agora, tecnicamente, para poder fazer a imple-

mentação”, emendou. Ele explicou que as próprias empresas de bets farão o bloqueio do uso do cartão do Bolsa Família nos jogos on-line.

O ministro também voltou a dizer que já existe uma operação para verificar se tem sido utilizados CPFs de beneficiários do Bolsa Família no processo de lavagem de dinheiro envolvendo os jogos virtuais.

“Há indícios de que possam estar utilizando também de forma fraudulenta e cometendo crime de lavagem de dinheiro com o uso de CPF dessas pessoas”, afirmou.

Dias disse ainda que, durante o encontro com Haddad, foi discutida a importância de

garantir recursos no último trimestre do ano para ações de combate à fraude em benefícios sociais. Essa é uma das apostas do governo para reduzir gastos em meio à pressão da elevação de despesas obrigatórias sobre as regras fiscais.

“Tanto o Ministério Social integrado com o Ministério da Previdência, e a rede federal de fiscalização do Bolsa Família, que agora também é colocada à disposição para outros programas sociais no combate à fraude. Onde tiver fraude, a gente combate de forma eficiente, para que não se tenha dinheiro público sendo pago a quem não tem o direito”, explicou o ministro.

Câmara gastará mais de R\$ 2 milhões com troca de carpete e tapete

A Câmara dos Deputados publicou uma licitação para a troca do carpete dourado da Casa e a aquisição de um novo tapete cerimonial. O valor da concorrência, que será aberta oficialmente em 25 de outubro, é de quase R\$ 2,3 milhões. A troca do carpete contemplará os auditórios Nereu Ramos e Freitas Nobre, o túnel de ligação do Edifício Anexo II ao Edifício Anexo IV e o 10º andar do Edifício Anexo IV.

A compra será de um carpete de pelo cortado feito por meio de tufting (técnica na qual os fios de lã são costurados em um tecido inteiriço) em cor dourada. Os dois produtos são novos

e para primeiro uso. Além disso, a licitação exige assistência técnica de no mínimo um ano para a instalação e de cinco anos para o carpete e o tapete.

Em nota, a Câmara informou que a troca se faz necessária devido aos desgastes do carpete atual. “A última substituição completa do revestimento nos três locais indicados aconteceu no segundo semestre de 2011, de modo que a vida útil do carpete completou-se em 2021, conforme a estimativa do Plano de Manutenção”, disse.

Sobre o tapete, a Casa afirmou que a armazenagem desgastou o item. “Está bastante desgastado, nem tanto pelo trá-

fego que recebe, mas principalmente pelos incontáveis ciclos de montagem e desmontagem a que foi submetido”, escreveu.

Do valor total, R\$ 1.714.412,96 são destinados para o serviço de retirada e instalação do novo produto. Outros R\$ 143.398,80 são para a compra de 360 metros quadrados do carpete dourado, e R\$ 435.996,00 para a compra de 1,1 mil metros quadrados do tapete para cerimonial do tipo passadeira. Os tapetes devem ser feitos de náilon tingido e com as bordas com acabamento do tipo debrum (técnica que dobra o tecido e o costura para deixar as margens retas).

